
Iriarte Sanromán, Álvaro (1993) «Mundos, *Coisas*, Predicados. A Identificação do Referente Textual», em *Diacrítica*, 8 (1993), Braga: Universidade do Minho; págs. 193-215.

Mundos, coisas, predicados.

A identificação do referente textual

Álvaro Iriarte Sanromán
Universidade do Minho

Introdução

Concebemos o referente de um texto como uma *modelização* das *coisas*¹, e do mundo, intensionalizadas nesse texto. As regras que conformam o referente do discurso são estabelecidas segundo um *modelo de mundo*, o *universo do discurso*, que pode coincidir com o mundo real, mas também com um mundo imaginado, suposto, sonhado, desejado, um mundo parcialmente real, etc.

Afirmar que o objecto de referência é construído pelo próprio discurso permitir-nos-á colocar a hipótese de que, para além das tradicionalmente consideradas expressões referenciais (expressões definidas e expressões indefinidas), os predicados têm capacidade para instituir ou, quanto menos, conformar o referente textual. Apresentaremos aqui alguns exemplos de operações de identificação e/ou intensionalização do referente realizadas pelo predicado.

I. Mundos

¹ Embora seja mais utilizado, em filosofia, linguística ou matemática, o termo *objecto* (vd. *infra* nota 10), neste trabalho preferimos utilizar a palavra *coisa* devido ao valor genérico que esta possui no seu uso corrente em português. Assim, quando a palavra *coisa* aparecer em *itálico*, será usada neste sentido lato:

«... (coisa, na acepção mais extensa desta palavra "coisa"): acções, processos, qualidades, estados, relações, abstrações, possibilidades, irrealidades.» (Lopes, 1972: 49).

John R. Searle, em *Speech Acts* (1980: 77), fala de duas condições necessárias para que um falante possa realizar com êxito um acto de referência. A primeira, o *axioma de existência*, é que «There must exist one and only one object to which the speaker's utterance of the expression applies» (Searle, 1980: 82). A segunda, o *axioma de identidade*, que «The hearer must be given sufficient means to identify the object from the speaker's utterance of the expression» (*ibidem*).

Akmajian, Demers e Harnish (1987: 333-335) denominam *condição preparatória* ao que Searle chama *axioma de existência* e *condição essencial* ao *axioma de identificação*. Para estes autores, forma parte da *condição preparatória* do acto de referência o facto de os participantes da comunicação terem presente *na mente* uma série de dados que permitem identificar o referente. Sem a *empatia*, quer dizer, sem a capacidade de reconhecer estados mentais de outrem, assim como a sua estrutura e funcionamento na interacção (Frith, 1991: 215), não há condições para que se possa cumprir o *princípio de cooperação* de Grice.

Quando a pragmática linguística destaca a importância do papel dos agentes da comunicação nos estudos semânticos, está a afirmar a dependência do significado relativamente à natureza do emissor e do(s) receptor(es), os quais nunca se apresentam em estado de nudez psíquica². Poderíamos dizer, seguindo as teses de Uta Frith (1991), que este estado, o de nudez psíquica, é o que caracteriza as crianças autistas, incapazes de reconhecer um modelo de mundo diferente do seu próprio, e por isso mesmo, de partilhar *universos de referência* que não fossem estabelecidos explicitamente. Para Uta Frith (*idem*: 206) será justamente a incapacidade de reconhecer estas assunções prévias nos seus interlocutores, de *empatizar* com outros estados mentais, que explica a

² Cf. Lewandowski, 1986: 68, s. v. «comunicación de masas».

incoerência nos discursos da criança autista, assim como as deficiências nos seus actos interactivos, provocando o que se chama a *solidão* autista³.

A contribuição para a identificação dos referentes é uma prova da cooperação dos intervenientes na interacção comunicativa, especialmente quando no discurso não há marcas explícitas ou demasiado claras desta identificação. Neste caso, os interlocutores operam, a partir da sua capacidade de estabelecer relações coerentes entre os factos da realidade que comunicam (Bernárdez, 1982: 121), com uma série de pressuposições e implicaturas estabelecidas a partir da *enciclopédia* ou *conhecimento do mundo* assumido e compartilhado por ambos.

Mas, as inferências realizadas pelos participantes no acto de interacção comunicativa, afirma S. J. Schmidt (1990: 341), «no tienen por qué ser necesariamente válidas desde el punto de vista lógico ni tienen por qué ser necesariamente verdaderas».

É por isso que, na semântica da teoria dos modelos, o conceito de significado como noção absoluta⁴ é abandonado e substituído por uma noção relativa de significado (e de verdade), dependente de uma interpretação. Fala-se agora de significado, ou de verdade, segundo um determinado modelo⁵ (Lyons, 1983: 147-170).

A introdução de conceitos como *modelo de mundo* ou *mundos possíveis* nos estudos semânticos, permitirá abandonar a concepção, bastante

³ Na criança autista falharia, como pode acontecer com alguns discursos incoerentes do ponto de vista pragmático-contextual, o que Bakhtin chama *hermenêutica da vida quotidiana* (Bajtin, 1991: 155), ou o que Strawson (*apud* Bleuca, 1986: 26) chama *princípio de pressuposição do conhecimento*.

⁴ Assim como os conceitos de verdade ou o de existência (*cf.* Ducrot, 1984: 433-437).

⁵ No *Diccionario de Lingüística*, Th. Lewandowski (1986: 229, s.v. «modelo») apresenta, entre outras, a seguinte definição do conceito de *modelo*:

«Representación idealizante, esquemática y simplificada de un objeto complejo o un conjunto de objetos, especialmente en cuanto a sus propiedades estructurales y funcionales, así como su comportamiento; [...] Es más abstracto que la realidad empírica, esquematiza e idealiza, para poder llegar a un conocimiento profundo de aquélla.

"Como análogo de los objetos abstraídos a la observación, el modelo es una representación metafórica de la realidad [...] "».

generalizada, do referente como sendo uma entidade (principalmente um objecto), efectivamente existente no mundo real, a que se refere uma expressão referencial. O conceito de *modelo* vai permitir construir uma teoria semântica na qual se poderá afirmar, ao contrário do que dizia Ch. Morris (*cf.* Morris, 1985: 30) que todo o *signo* refere sempre a um *denotatum*, existente ora no mundo real, ora num mundo possível (passado, futuro, ficcional, sonhado, desejado).

Esta pluralidade possível de mundos ou universos de referência, é a que subjaz às seguintes palavras de O. Ducrot (1984: 437), para quem o estudo da referência deverá abordar quatro aspectos:

«Seja D o discurso de um enunciador E. O estudo referencial de D consistiria em: 1) determinar de que mundo M fala E; 2) inquirir sobre M independentemente de D; 3) procurar quais são os objectos de M designados pelas expressões referenciais de D; 4) observar se esses objectos são exactamente como as expressões de D os representam.».

Ora, o facto de nos termos de preocupar em «determinar de que mundo M fala E» implica ou bem que o mundo para o qual remete a operação de referência não é *uno* e invariável, estático, mas sim uma realidade mutável, dinâmica, diferente no momento presente da enunciação, no passado e no futuro; ou que o mundo para o qual remete a operação de referência não é único, no sentido de que pode haver vários *mundos possíveis* ou vários *modelos de mundo* para os quais é feita a referência.

É esta relatividade de que vimos falando que, aplicada à concepção do acto de referência, levará autores como Levinson (1983: 60-61) a falar de *referência do falante*, entendida como aquela que é instituída pelos interlocutores no discurso e que pode não coincidir com a referencia linguística convencional de uma determinada expressão.

Como dissemos, as condições necessárias para realizar com êxito um acto de referência são a existência da *coisa* à que se aplica a expressão utilizada

pelo falante, e que este proporcione os meios suficientes para o ouvinte seleccionar ou identificar essa *coisa*, quer dizer, que ambos tenham a certeza de que estão a falar do mesmo. A *condição de verdade* ou *condição de sinceridade* (Searle, 1980: 64-71) não é condição necessária para a realização feliz de um acto de referência. Por isso, não será preciso que a descrição que empregue o falante no acto de referência seja verdadeira quanto ao referente. O emissor pode realizar com êxito um acto de referência por meio de uma descrição do referente não necessariamente verdadeira: os mal-entendidos, os erros, os enganos, as mentiras, a ironia, a diplomacia, etc., para além dos produtos verbais de carácter estético e ficcional, são exemplos evidentes disso. O falante, no momento de realizar um acto de referência, não se compromete com a verdade do seu enunciado. John Lyons (1983: 173-176), com a clareza que caracteriza a sua obra, exemplifica magistralmente o facto de que a falsidade do conteúdo descritivo de uma expressão referencial nem anula nem invalida o acto de referência:

«Supongamos, por ejemplo, que X e Y están en una fiesta y que X ve a una tercera persona, Z, que lleva en la mano un vaso lleno de líquido incoloro con hielo y limón. En tales circunstancias X podría referirse a Z para que le entendiese Y usando la expresión "el hombre [...] que bebe gintónic". [...] Supongamos también que el vaso de Z contiene, no gintónic, sino agua; e incluso que Z no lo está bebiendo, o algo así, sino únicamente llevándolo a una persona distinta. El hecho de que sea falso el contenido descriptivo de "el hombre que bebe gintónic" no quiere decir que X haya dejado de referirse a Z.» (p. 226).

A psicóloga Uta Frith (1991: 234-237) indica que existe uma semelhança na lógica em que se baseia o reconhecimento de estados mentais (próprios ou alheios) e os actos de criar ficções, duas capacidades que apresentam

⁶ Em rigor, Lyons apresenta entre parêntese o demonstrativo *ese*, para deter-se mais adiante a falar sobre ele. Para a nossa argumentação não nos interessa a presença deste dístico.

deficiências nas crianças autistas. O aparecimento na criança da capacidade de criar ficções permitirá o desenvolvimento gradual da sua capacidade mental⁷.

II. *Coisas*

Ao concebermos o referente textual como uma *representação mental* do mundo intensionalizado no texto estamos a querer diferenciar entre *o mundo de que se fala*, o mundo recriado, ou melhor, instituído, nos produtos verbais, e *o mundo em que se fala*, exterior às línguas naturais. Desta maneira, podemos alargar o objecto de análise da semiótica linguística ao referente, tradicionalmente considerado como elemento extralinguístico, embora esta análise deva ser feita sempre através da sua intensionalização textual, quer dizer, da sua configuração linguística.

O mundo de que se fala não se corresponde com o mundo empírico, pois, ao falar não se constroem mundos reais, no sentido de extralinguísticos. Não se falam 'casas' ou 'livros' (não se deitam estas *coisas* pela boca fora)⁸. A concepção triádica do signo linguístico só tem sentido se assim for, caso contrário estaríamos, como afirma R. Eluerd (1985: 50), perante concepções diádicas disfarçadas.

⁷ Transcrevemos um fragmento da citação que recolhe esta autora do artigo de Alan Leslie «Pretense and representation: the origins of "theory of mind"», publicado em *Psychological Review*, 94 (1987), 412-426:

«El acto de fingir debería llamar la atención del psicólogo cognitivo por ser una capacidad de una clase muy extraña. Después de todo, desde el punto de vista de la evolución, debería primarse especialmente la *veracidad* de los procesos cognitivos. Los organismos que perciben y piensan deberían, en la medida de lo posible, captar las cosas tal como son. Pero la ficción se pasa por alto, descaradamente, este principio fundamental. En la ficción, distorsionamos deliberadamente la realidad. [...].

[...] ¿Cómo puede ser que un niño piense en un plátano como si fuese un teléfono, un trozo de plástico como si estuviera vivo o un plato sopero vacío como si tuviera sopa? Si se está desarrollando un sistema representacional, ¿cómo pueden tolerar las relaciones semánticas de este sistema la distorsión de la realidad de forma más o menos arbitraria?» (Alan Leslie, *apud* Frith, 1991: 235).

⁸ Isto lembra-nos determinadas concepções mágicas que algumas culturas têm do acto de referência, onde, por razões de tabu, opta-se por fazer a referência indirectamente, por meio de nomes genéricos e pouco informativos. Os antigos oradores reconheciam também à retórica um valor especial, até mágico (Tovar, 1990: v). O mesmo poderíamos afirmar, quiçá, para determinados discursos persuasivos actuais.

Afirmávamos ao começar este texto que uma das condições prévias para se poder realizar um acto de referência a algo é a própria existência desse algo⁹. Esta existência poderá ser entendida tanto no sentido corrente como num sentido fictício ou abstracto (Lopes, 1972: 39-40), e também num sentido atemporal, quer dizer, que existe no presente, que existiu no passado ou que existirá no futuro.

É claro que, ao situarmo-nos numa teoria semântica de carácter extensional, ou, melhor ainda, pragmático-extensional, não identificaremos o referente com os objectos reais. Os objectos¹⁰, as *coisas* para as quais remete o acto de referência não têm uma natureza real, mas conceptual ou possível (cf. Aguiar e Silva, 1988: 24). São *coisas* caracterizadas por determinadas propriedades específicas que serão definidas espaço-temporalmente num mundo possível (van Dijk, 1980b: 69). Um mundo que, como dissemos, pode ser real, sonhado, fictício; localizado no presente, no passado ou no futuro e que corresponde a um modelo que chamámos *mundo ou universo do discurso* e que será construído pelo próprio discurso (Descombes, 1989: 54-55). O referente passa a ser, assim, o *referente textual*, quer dizer, não um objecto da realidade extralinguística, mas «o que o discurso escolhe ou institui como realidade» (Ducrot, 1984: 419).

Ao afirmar-se que o objecto de referência é construído pela acção do próprio discurso, oferece-se assim uma solução ao problema do referente de entidades imaginárias ou ficcionais e da sua existência¹¹. Quando se afirma que

⁹ Este é, porém, um aspecto não livre de controvérsia. Cf. Searle (1980: 84-88), Lyons (1980: 173-176), Lewandowski (1986: 290), Ricœur (1983: 327), Akmajian *et alii* (1987: 333-335).

¹⁰ Sobre o termo e o conceito *objecto* escreve Helmut Seiffert (*apud* Aguiar e Silva, 1988: 24, nota 63):

«Um objecto pode ser tudo aquilo para que tenho uma palavra, isto é, não só uma pedra, ou uma árvore, ou um cavalo, mas também uma casa, uma sinfonia, uma molécula de albumina, uma teoria ou uma religião».

Como dissemos (*vd. supra* nota 12), preferimos utilizar o termo *coisa* devido ao valor genérico que esta possui no seu uso corrente em português.

¹¹ "Os limites da minha linguagem significa os limites do meu mundo", escrevia Wittgenstein no seu *Tratado Lógico-Filosófico* (§ 5.6) (1987: 114). Da mesma maneira, lembra-nos M. Yaguello (1991:

a linguagem em poesia pode não representar nada, mas que é representação de si própria (Ricœur, 1983: 335), sempre poderíamos afirmar, em todo o caso, que nesta representação de si própria (e na criação de um dado universo) está o acto de referência. Assim, quando Carnap (*apud* Ricœur, 1983: 339) escreve:

«O objectivo do poema no qual surgem as palavras "raio de sol" e "nuvem" não é o de nos informar sobre factos meteorológicos, mas o de exprimir certas emoções do poeta e o de suscitar em nós emoções análogas»,

com isto não nos está a proporcionar qualquer argumento a favor da incapacidade de referência de determinados textos poéticos. Primeiramente porque o referente das palavras *raio de sol* e *nuvem* não tem por que pertencer, de uma maneira exclusiva, ao mundo da meteorologia. Será que só podemos fazer actos de referência aos 'raios de sol' ou às 'nuvens' em meteorologia? Em segundo lugar porque, ao falar-se das emoções do poeta ou do receptor, ou antes, dos objectos das emoções, está-se já a falar de elementos de carácter semântico-extensional: uma maneira de sentir, de conceber ou de «se estar no meio da realidade» (*idem*: 324). E até, em terceiro lugar, porque uma expressão referencial pode ser ela própria o referente de uma outra expressão referencial (metalinguística) (Kesik, 1989: 30). Em definitivo, sempre que houver enunciação, haverá referência¹².

Para o professor Aguiar e Silva (1986: 639-654), o discurso literário constrói sempre as suas próprias condições e objectos de referência, inexistentes no mundo empírico, porque, no caso do texto literário, são objectos de ficção, ou, se existirem, «adquirem um estatuto ficcional, não podendo ser exactamente identificados com referentes empíricos e históricos» (*idem*: 641). Aquilo que para o professor Aguiar e Silva parece desadequado para a análise

83), Michel Foucault mostra, em *As palavras e as coisas*, que a realidade só existe quando é nomeada.

¹² Neste sentido, não se pode comparar a pintura não figurativa, onde esta solução pode ser mais dificilmente aplicável, com a obra de arte verbal, principalmente narrativa, onde é impossível, salvo em experiências pontuais, não haver um referente.

da co-referência em textos literários, isto é, «a introdução [...] de "objecto extralinguístico" em vez de "referente textual"» (*idem*: 636), queremos alargá-lo a qualquer manifestação textual. Seja qual for o carácter do produto verbal, nunca poderemos identificar o referente com os objectos reais, com a realidade extralinguística. Mesmo que o objecto do nosso acto de referência exista no mundo real converter-se-á, no acto de intensionalização textual, num produto da visão do mundo dos intérpretes (emissor e receptor). Assim, qualquer acto de referência é feito não ao mundo real, mas a uma modelização desse mundo. Qualquer referência, e não só a que se produz no texto literário ou ficcional, será, pois, uma "pseudo-referência" (*idem*: 640), pelo que será sempre mais pertinente falar de *mundo* ou *universo do discurso* do que de realidade.

O. Ducrot (1984) afirma que a não identificação do referente com o objecto real é imprescindível para poder explicar um dos pontos aparentemente mais fracos pelos quais pode ser atacada uma teoria semântica de carácter extensional: o facto de que determinadas expressões co-referenciais nem sempre são totalmente sinónimas, quer dizer, nem sempre são permutáveis em todos os contextos (já é clássico o exemplo da *estrela da manhã* e a *estrela da tarde*). Para Ducrot (1984: 434), num enunciado como «não é o imperador, é o teu amigo que te fala»,

«(...) aquilo de que se fala, isto é, o referente, não é propriamente o ser descrito pela expressão referencial mas esse ser *tal como é descrito*, aquilo que aparece na descrição. Daí a possibilidade de distinguir entre a pessoa do amigo e a pessoa do imperador, [...]. O referente, aqui, não são os seres mas as personagens criadas dentro do discurso.»¹³.

V. Descombes (1989: 51) questiona-se também no mesmo sentido ao perguntar-se se a língua, na sua capacidade de referir, se dirige a alguma coisa ou a si própria, isto é, ao mundo real ou ao mundo construído no texto, op-

¹³ O. Ducrot, porém, chega à conclusão de que não se pode considerar como propriamente referencial um modelo que considera que o referente de um discurso é o mundo construído ou instituído por esse discurso (*idem*: 437).

tando por isto último ao analisar a função referencial da linguagem no modelo jakobsoniano. Descombes considera este modelo como sendo de carácter pragmático visto que pode ser traduzido pela fórmula: «*Someone / speaks / about something / to someone* », que

«clearly shows the necessarily relative nature of the referent: the referent corresponds to the *about something*. It is not, for instance, a flower or an island, but rather a flower that is spoken about, or an island that is mentioned somewhere.» (*idem*: 57).

Implícita na substituição do objecto real pelo referente textual, entendido como realidade instituída ou processada pelo discurso, está a concepção, escreve Descombes (*idem*: 53), de que o nosso acesso ao mundo é mediatizado pela linguagem¹⁴.

O reconhecimento, a partir da relativização das noções de significado, verdade ou existência de que falámos, desta capacidade da linguagem natural para criar, instituir ou conceber mundos é a que preside também as diferentes tentativas de recuperação da Retórica como ciência geral do discurso ou como teoria da argumentação:

«Al principio de los años cincuenta comienza la rehabilitación de la retórica [...]. Esta corriente supone una marginación de viejos absolutismos contrarios a lo que de retórico hay en el pensamiento, incapaces de ver [...] lo que en el lenguaje natural hay de creación, de concepción del mundo, equidistante del puro realismo y de la pura arbitrariedad. Usar un lenguaje natural supone adherirse a la forma de ver la realidad (con sus tesis, sus prejuicios, sus tópicos) que ese lenguaje comporta.» (González Bedoya, 1989: 13).

Para alguns autores, a Semântica linguística¹⁵ não se deveria ocupar de questões relativas ao referente devido à sua natureza extralinguística. Será que uma semântica linguística assim entendida poderá definir o que é o significado,

¹⁴ Neste sentido, R. Selden (1987), seguindo De Man e Nietzsche, escreve:

«Los tropos se extienden por el lenguaje, ejerciendo una fuerza que desestabiliza la lógica y, por lo tanto, niega la posibilidad de un uso franco, literal o referencial, del lenguaje.[...] Esto significa que la 'referencia' siempre se halla contaminada por la figuralidad.» (p. 111-112).

¹⁵ *Semântica linguística* em oposição à *Semântica filosófica* ou *lógica* que trataria das questões relativas à referência.

assim como as relações existentes entre significados, sem incluir o estudo da referência?

Consideremos, por exemplo, o estudo dos chamados *campos semânticos*. O estabelecimento dos diferentes campos, assim como a delimitação das suas fronteiras corresponde praticamente sempre à estruturação que o semanticista faz, através de uma língua particular (*cf.* Rastier, 1990: 19), da chamada realidade extralinguística. Assim, escreve-se num manual universitário de semântica:

«De hecho algunos de los campos hasta ahora estudiados, "parentesco", "color", "habitación", etc. parecen más que estructuras lingüístico-léxicas, el reflejo lingüístico de parcelas de la realidad extralingüística perfectamente delimitadas y sistematizadas, "campos de denotaciones"» Justo Gil (1990: 26).

É evidente que o estabelecimento dos campos semânticos e das suas fronteiras nunca se poderá realizar com procedimentos linguísticos, no sentido restrito do termo. Ora, também é evidente que não será a realidade extralinguística a que nos vai proporcionar tais limites. O Grupo μ (1987: 24-25), nas primeiras páginas da sua *Réthorique générale*, pronuncia-se de maneira contundente sobre este tema:

«amplios sectores de la lingüística, incluso en sus manifestaciones más modernas, viven todavía con la idea —implícita, evidentemente— de que los recortes de la lengua coresponden a los recortes de lo real. Ilusión (o bobada) que afortunadamente no es general: un Lakkof, por ejemplo, al elaborar una "semántica de los mundos" posibles, incluye el estudio pragmático del referente; tales "mundos posibles" no son la realidad ontológica, sino que están constituidos por las imágenes mentales del locutor. ¿Habrà de aclararse que ésta es precisamente la perspectiva del retórico?»

Caberia perguntar-se, já para acabar, se os objectos da realidade extralinguística existem *per se* ou se o que chamamos realidade não é mais do que um *constructo cognitivo*, quer dizer, se a realidade não estará conformada por entidades cognitivas construídas pelo *homo cogitans*, da mesma maneira que

o referente textual é uma entidade construída pelo próprio discurso do *homo loquens*¹⁶.

Assim pois, concebemos, dentro do sistema semiótico linguístico, o acto de referência e o referente sem a participação da realidade extralinguística, ou melhor, relegando-a para um segundo plano.

Em termos da linguagem corrente, «quando se usan palabras de la manera habitual aquello de lo que se quiere hablar es su referencia» (Frege, 1991: 26). Entendemos aqui o acto de referir como um acto de selecção, por meio da enunciação de uma expressão linguística (*intensionalização*), de uma *coisa* (referente, ou *componente semântico-extensional*), identificada no acto de enunciação como pertencente a um fragmento (*marco de referência*) de um *Universo do Discurso*, criado, e compartilhado, no *processo de semiose* pelos seus *intérpretes* e que funciona como *modelo* de um universo exterior ao sistema.

3. Predicados

Dado que a referência pressupõe um acto de enunciação e um contexto de enunciação que limitam a extensão denotativa da expressão linguística utilizada, só será possível estudá-la a nível textual (Lewandowski, 1986: 290), incluindo não só os aspectos co-textuais, mas também os pragmático-contextuais e semântico-extensionais. Assim, a análise da função referencial não poderá ser feita exclusivamente ao nível dos lexemas ou das palavras, posto que é uma operação que se reparte de maneira global por todo o enunciado.

¹⁶ Sobre o assunto, R. M. Lopes da Costa, ao apresentar o livro de entrevistas conduzidas por G. Pessis-Pasternak *Será preciso queimar Descartes?*, escreve:

«Tal como a filosofia, a ciência constrói-se a partir da "rejeição da evidência sensorial", construindo modelos teóricos indispensáveis à leitura do real. Este aspecto é particularmente interessante se pensarmos que o senso comum acredita na existência de conceitos ou leis científicas, independentemente do sujeito que as compreende. A mecânica quântica introduz a noção de "inseparabilidade de facto entre o sujeito observador e a coisa observada". (in *J. L.*, nº 564, 27 de Abril - 3 de Maio de 1993).

A relativização das noções de significado, de existência e de verdade de que falámos leva a afirmar que o acto de referência é realizado pela totalidade do enunciado, o que, por sua vez, vai permitir alargar para o predicado, ou para o acto de predicação, a capacidade de consumação da intensionalização da referência. Assim, a referência não será uma capacidade exclusiva das tradicionalmente consideradas expressões referenciais, isto é, das expressões definidas e das expressões indefinidas; ou, restringindo ainda mais, do grupo dos nomes, caracterizados do ponto de vista semântico como sendo categorias linguísticas com capacidade de referência, ou «por terem um potencial de referência» (Mateus *et alii*, 1989: 53). A predicação que se realizar de uma descrição definida pode proporcionar ao ouvinte ou leitor elementos chave para a identificação do referente, permitindo distingui-lo num determinado universo do discurso. Às vezes, é só por meio das predicações feitas sobre um referente que o interlocutor consegue finalmente realizar a identificação do mesmo.

Predicar algo sobre uma *coisa* é, em certa medida, fazê-la existir. Para O. Ducrot, 'o nariz de general Suif'¹⁷ não existe como objecto da realidade extralinguística, mas é instituído como referente textual pelo simples facto de se falar dele, de predicar qualquer coisa sobre ele. Ao citar noutro lugar as seguintes palavras deste mesmo autor:

«Dizendo que a mesa é vermelha ou que a vida é breve, aquilo a que dou existência e exterioridade em relação ao discurso não é só à mesa e à vida, objectos das expressões referenciais, mas também ao vermelho da mesa e à brevidade da vida.» (Ducrot, 1984: 434),

¹⁷ Cf. Ducrot (1984:434):

«"Como é que tu querias que eu falasse do nariz do general Suif se ele não tem !". O espanto do garoto lembra o dos lógicos perante as entidades imaginárias. O que ele não compreende, mas testemunha involuntariamente, é que o nariz do general recebe uma certa forma de ser quando é objecto de discurso. Ora dizer que ele não existe é igualmente discorrer sobre ele; é, num certo sentido, fazê-lo existir».

o professor Óscar Lopes afirmava¹⁸ que «em "a vida é breve" a existência da vida tem um *status* ontológico diverso do de ser breve, que apenas se torna referencial sob a forma (relativamente mais abstracta) de "brevidade da vida"». Mas com este argumento não se invalida a tese de que os predicados podem instituir ou, quanto menos, conformar ou restringir o referente textual¹⁹.

O professor Óscar Lopes (1972: 52) apresenta, pensamos, uma restrição semelhante do *universo de referência* de um nome comum, provocada pelo predicado que o acompanha:

"Suponhamos que em dadas circunstâncias se diz: "As cadeiras estão desarrumadas". É claro que a frase se não refere a cadeiras, ou cátedras, universitárias, pois a ligação entre "cadeiras" e "desarrumadas" elimina tal hipótese [...]».

Da mesma maneira, em (1):

(1) O Paulo deu uma conferência sobre literatura comparada. **O conferencista** falou durante mais de duas horas,

o facto de o predicado *deu uma conferência* conformar ou delimitar o referente de *Paulo* por meio da predicação é o que nos vai permitir empregar posteriormente, como mecanismo encobridor da recorrência, um sinónimo ou uma paráfrase (*o conferencista*), sinónimo que sabemos que funciona como co-referente de *Paulo* devido àquilo que se predica deste SN (*deu uma conferência*).

Muitas vezes esta capacidade de instituir referentes manifesta-se só ao nível das pressuposições ou implicaturas que impõem aos interlocutores a existência daquilo que é pressuposto²⁰. Vejamos o seguinte exemplo (2):

¹⁸ Em comunicação pessoal.

¹⁹ Cf. as palavras de Alonso Ramos (1989: 429), relativas ao *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain*, de I. Mel'cuk:

«... el "definiendum" no es un lexema aislado sino una forma proposicional. Los autores parten de que lexemas como "honesto", "rojo", "destruir", etc., denotan la situación "alguien es honesto", "algo es rojo", "alguien destruye algo". »

²⁰ Cf. Ducrot (1977: 99-110) e Maingueneau (1980: 152-156). Para O. Ducrot (1977: 13) a pressuposição cria no interior da língua uma série de convenções e de leis que regula o debate entre os interlocutores. Para D. Maingueneau (1980: 154):

- (2) O Paulo deu uma conferência na Universidade do Minho. O **tema** era sobre literatura comparada.

Neste caso, está implícito no facto de *dar uma conferência* que esta tratará sobre qualquer coisa, quer dizer, pressupõe-se para qualquer conferência, a existência de um 'tema'. Muitas vezes um *actante* do núcleo do predicado, pode ser intensionalizado posteriormente em forma de expressão definida graças ao *marco de referência* estabelecido pelo predicado.

Assim, nestes exemplos, *tema* seria o nome típico do terceiro actante de *conferenciar*, ou *dar uma conferência*; *conferencista* do primeiro actante e *público* do segundo. Retomaremos esta questão mais adiante.

A referência feita pelo nome, e seguimos novamente P. Ricœur (1983: 326-327), é a referência feita aos objectos, às *coisas*, enquanto que a referência alargada ao predicado (e, desta maneira, à globalidade do enunciado) remete para o *estado de coisas* que conforma os *factos* que, por sua vez, conformam o *mundo* (Wittgenstein, 1987: 29-30).

Em termos semelhantes pronunciam-se T. A. van Dijk (1983: 34), ao afirmar que os substantivos remetem para objectos, enquanto que os adjectivos e os verbos remetem para propriedades desses objectos; M. Kesik (1989: 30), para quem os SNs. podem referir a indivíduos ou propriedades, os predicados referem a propriedades e as frases a estados de coisas ou situações e também S. J. Schmidt (1990: 122, nota 35) que afirma que os predicados podem designar propriedades, indivíduos ou relações entre indivíduos, enquanto que os argumentos designam indivíduos.

«hay, pues, un derecho del hablante a modelar, a organizar según su idea el universo del discurso, es un 'poder jurídico' dado al hablante sobre el destinatario.»

Desta maneira podem ser introduzidos nos estudos linguísticos termos e conceitos como os de *ponto de vista* ou *empatia*, importantes, como acabámos de ver, para o estudo da coerência textual, e, até agora, do domínio exclusivo dos estudos literários (cf. Rigau, 1988: 114).

É justamente a pressuposição de que só os SNs ou, em todo o caso, as expressões definidas é que têm capacidade de referência, que leva a fazer afirmações como as seguintes:

«A menudo el concepto de co-referencia es discutible, porque el elemento referido por el pronombre no es el mismo que el referido por el antecedente. Por ejemplo, en una receta de cocina leemos:

Cortamos la merluza en rodajas. **Las** rebozamos con harina. Luego, **las** añadimos al sofrito.

Los pronombres no co-refieren siempre al elemento original: el primer "las" co-refiere a "rodajas" de pescado fresco; el segundo "las", a las de un pescado ya frito, pues si no, la receta no tendría sentido. En estos casos en que lo referido va cambiando, la co-referencia siempre se realiza con el elemento más cercano, no con el primero, y por lo tanto no se da la identidad que indica la definición.²¹» (Aznar *et alii*, 1991: 79).

Penso que o problema está na concepção limitada que os autores têm do conceito *antecedente*. Os autores pressupõem que o antecedente é uma expressão definida que apareceu com anterioridade no texto (posto que é nestas expressões definidas que está a capacidade de referência).

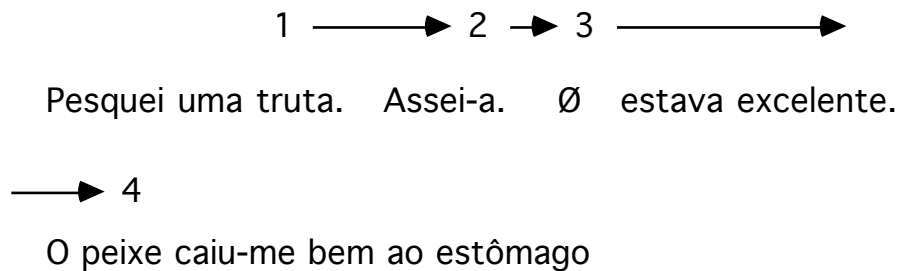
Se entendermos que a referência é instituída pela totalidade do enunciado e não só pelas expressões definidas, quer dizer, se incluimos como elementos intensionalizadores da referência também as predicções, o problema levantado já não é tal: o primeiro pronome *las* é co-referencial com *rodajas* e o segundo com a totalidade do enunciado anterior. Noutros termos: o antecedente do primeiro *las* é *rodajas* e o do segundo será a totalidade do enunciado anterior, isto é, *Las rebozamos con harina*. Numa cadeia-objecto ²²

²¹ Os autores referem-se à definição apresentada páginas atrás (Aznar *et alii*, 1991: 32):

«[La anáfora] es un tipo de relación que se da entre dos elementos de un mismo texto: uno, normalmente un sintagma nominal, que podemos denominar antecedente, y otro, normalmente un pronombre, que refiere a lo mismo que refiere el sintagma nominal.» (Os sublinhados são nossos).

²² Preferimos utilizar a expressão *cadeia-objecto* (*chaîne-objet*) de Chastain (*apud* Marandin, 1988: 71-75) e não *cadeia anafórica*, principalmente porque o nosso objectivo não é o estudo da anáfora, mas o da referência e a co-referência e os seus mecanismos de intensionalização textual, embora seja evidente que a anáfora ou, em geral, as relações fóricas no texto, são marcas explícitas, "rastros" a nível co-textual, do fenómeno da co-referência textual.

com reiterações de SNs, a última descrição definida incorpora os traços que as ocorrências anteriores acrescentaram à primeira ocorrência. Do ponto de vista semântico, produz-se uma definitização crescente:



Campos e Xavier (1991: 375) apresentam-nos exemplos de SV que funcionam como antecedentes de uma cadeia anafórica²³, mas nem sempre consideram esta capacidade dos predicados para estabelecer referência. Para as autoras, na cadeia anafórica *um caçador ... o parvo ... ele* que se estabelece em (3):

(3) chegou ontem **um caçador**; **o parvo** falhou todos os tiros. No entanto, **ele** não é nada parvo,

«a identificação referencial é dada exclusivamente pela proximidade do contexto *um caçador* e não pela referência virtual» (*ibidem*). Para justificar esta ausência de referência virtual, as autoras recorrem ao conceito de *Nomes de Qualidade* de Milner, cujo uso neste caso é comparado ao do pronomes anafóricos (*idem*: 367).

Pensamos, todavia, que a identidade referencial vem dada, neste caso, simplesmente pela própria predicação que se faz da expressão referencial *o parvo*:

(3) chegou ontem **um caçador**; o parvo falhou todos os tiros. No entanto, ele não é nada parvo,

²³ Cf. *supra* nota 22.

sem necessidade de recorrer a conceitos como o de *Nomes de Qualidade*, pois o mesmo aconteceria com qualquer outra expressão referencial que não tivesse a «interpretação afectiva» de que fala Milner (1978: 228, *apud* Campos e Xavier, 1991: 367), como por exemplo um genérico como *homem* ou *indivíduo* (*cf.* Halliday and Hasan, 1987: 276):

(4) chegou ontem um caçador; **o homem** falhou todos os tiros. No entanto, ele ...

Assim pois, para além de "dizer algo sobre o referente seleccionado" e da deixis temporal estabelecida pelo tempo gramatical (*cf.* Levinson, 1983: 76-79), os predicados podem funcionar como mecanismos de identificação do referente, como intensionalizadores da referência, ou como ambas coisas.

Evidentemente, ao falarmos aqui dos predicados como mecanismos de identificação e/ou intensionalização textual do referente não nos estamos a limitar aos SNs (expressões definidas ou indefinidas) em posição predicativa, como podemos constatar em (5):

(5) Martinet falou na Universidade do Minho. **O tema** era sobre linguagem e línguas

Quando falamos de *predicados* como mecanismos de identificação ou de intensionalização do referente, estamo-nos a referir, seguindo a gramática tradicional, tanto aos predicados verbais, constituídos por um verbo intransitivo (6) ou por um verbo transitivo mais um SN (7):

(6) No fim da tarde o João caminhava. **Este passeio** era fundamental para ...

(7) A Paula alugou um apartamento. **O contrato** será válido por um ano

como aos predicados não verbais com cópula (8) ou sem cópula, como modificação ou qualificação posterior do nome (9):

(8) O Paulo era tuberculoso. Apanhara **a doença** ...

(9) Havia ali uma mesa pequena. O **tamanho** não era o ideal ...

* * *

Podemos estabelecer quatro comportamentos diferentes dos predicados como mecanismos de intensionalização e/ou de identificação do referente textual. Os dois primeiros tipos são mecanismos de reiteração da referência, o último é um mecanismo de identificação do referente e o terceiro apresenta problemas neste aspecto.

1. O predicado como *pronome* Ø desinencial²⁴:

(10) Dei-lhes₁ a fruta para a comer**em** (x₁).

2. Como modificadores de expressões referenciais que permitirão a identificação de posteriores expressões co-referenciais com a primeira:

(11) **Rosa Mota**₅ ganhou a maratona de Nova Iorque. A **vencedora**₅ foi recebida pelo Presidente da República.

(12) chegou ontem **um caçador**₆; **o parvo**₆ falhou todos os tiros. No entanto, ele não é nada parvo.

Em (11), o mecanismo que nos permitirá fazer uma leitura co-referencial é o facto de se utilizar como mecanismo intensionalizador da segunda ocorrência da referência um nome típico do primeiro actante do predicado *ganhar* (vencedor, ganhador, campeão). Para o caso do exemplo (12) *vd. supra* págs. 18-19.

3. Como intensionalizadores da primeira ocorrência da referência, que posteriormente será nominalizada.

²⁴ Em rigor, este primeiro grupo formaria parte do quarto, posto que nos estamos a referir às marcas designenciais do sujeito, isto é, do primeiro actante.

(13) Comprei uma mesa vermelha (= a mesa é vermelha) [...] Não gosto **da cor**

(14) O Paulo era tuberculoso. Apanhara **a doença**
...²⁵

(15) No fim da tarde o João caminhava. **Este passeio** era fundamental para a sua saúde

4. Como mecanismo de estabelecimento do *marco de referência*.

Distinguiremos aqui dois apartados:

4.a. A identificação dos actantes do predicado permitirá a posterior intensionalização dos seus referentes por meio de expressões definidas:

(16) O Paulo bebeu (x_7) de vagar ... **a cerveja**₇ estava demasiado fria.

(17) Martinet falou (y_8) na Universidade do Minho.
O tema₈ era sobre linguagem e línguas

O núcleo do predicado estabelece um *marco de referência* que permite a identificação dos SNs que poderão funcionar como actantes do mesmo. Um actante que, na altura da intensionalização do predicado, não for explicitado, poderá ser intensionalizado posteriormente em forma de expressão definida graças ao *marco de referência* estabelecido pelo predicado. Em (16), a descrição definida *a cerveja* é a intensionalização posterior do segundo actante de *beber*. Quer dizer, em (16) e em (17), o mecanismo de identificação que nos permitirá utilizar as expressões definidas *a cerveja* e *o tema* como intensionalizadores dos referentes 'cerveja' e 'tema' será o facto de estas expressões serem nomes típicos do segundo actante de *beber* e de *falar* respectivamente.

²⁵ Se considerarmos *era tuberculoso* como sinónimo de *tinha tuberculose*, então estaríamos perante uma identificação parcial dos traços semântico-inensionais reiterados, que dizer, perante uma relação semântica do tipo hipónimo => hiperónimo (vd. *supra* § 3.2.2.).

4.b. Associações estabelecidas a partir do nosso conhecimento enciclopédico permitirão a posterior intensionalização dos seus referentes por meio de expressões definidas:

(18) A Paula alugou um apartamento. **O contrato** será válido por um ano

(19) A Paula é médica [...] fez **a licenciatura** em Coimbra e **a especialidade** em Lisboa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS²⁶

- AGUIAR E SILVA, V. M. (1988): *Teoria da Literatura* (vol. I). Coimbra: Almedina.
- AKMAJIAN, A., R. A. DEMERS y R. M. HARNISH (1987): *Lingüística: una introducción al lenguaje y la comunicación*. Madrid: Alianza Editora. [Cambridge, Massachusetts,].
- ALBALADEJO, T. (1986): *Teoría de los mundos posibles y macroestructura narrativa. Análisis de las novelas cortas de Clarín*. Alicante: Universidad de Alicante.
- ALONSO RAMOS, M. (1989): «Aproximación a un nuevo modelo lexicográfico: El *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain. Recherches lexico-sémantiques* de Igor Mel'cuk.», in *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, 16 (1989), 421-450.
- AULLÓN DE HARO, P. (coord.)(1984): *Introducción a la crítica literaria actual*. Madrid: Playor.
- AZNAR, E., A. CROS y L. Quintana (1991): *Coherencia textual y lectura*. Barcelona: I.C.E. da Universitat Barcelona / Horsori.
- BAJTIN, M. (1991): *Teoría y estética de la novela*. Madrid: Taurus. [1975].
- BERNÁRDEZ, E. (1982): *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid: Espasa-Calpe.
- BLECUA, J. M. (1986): *Qué es hablar*. Madrid: Salvat.

²⁶ Entre parênteses rectos apresenta-se, quando se conhecer, a data da edição original. No caso das traduções, sempre que for possível, lugar, ou editor, e data da edição original.

- CAMPOS, M. H. C. e M. F. XAVIER (1991): *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- DESCOMBES, V. (1989): «The Quandaries of the Referent», in Th. M. Kavanagh (ed.) (1989), 51-75.
- van DIJK, T. A. (1980b): *Texto y contexto. Semántica y pragmática del discurso*. Madris: Cátedra. [London, 1977].
- van DIJK, T. A. (1983): *La ciencia del texto. Un enfoque interdisciplinario*. Barcelona / Buenos Aires: Paidós. [Ed. Het Spectrum (Holanda), 1978].
- DUCROT, O. (1977): *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix. [Paris: 1972].
- DUCROT, O. (1984): «Referente», in *Enciclopédia Einaudi*, II (Linguagem - Enunciação), (1984), 418-438.
- DUCROT, O. e T. TODOROV (1991): *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa: Dom Quixote. [Paris: 1972].
- ELUERD, R. (1985): *La pragmatique linguistique*. Paris: Nathan.
- FREGE, G. (1991): «Sobre sentido y referencia», in L. M. Valdés Villanueva (ed.) (1991), 24-45. [*Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 1892]
- FRITH, U. (1991): *Autismo. Hacia una explicación del enigma*. Madrid: Alianza Editorial. [1989].
- GONZÁLEZ BEDOYA, J. (1989): «Perelman y la retórica filosófica», prólogo a Ch. Perelman y L. Olbrechts-Tyteca (1989) *Tratado de la argumentación*. Madrid: Gredos. [Paris, 1958], págs. 7-26.
- GRUPO μ (1987): *Retórica general*. Barcelona: Paidós. [Paris, 1982].
- HALLIDAY, M. A. K. and R. HASAN (1987): *Cohesion in English*. London / New York: Longman. [1976].
- JUSTO GIL, M. (1990): *Fundamentos del análisis semántico*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- KESIK, M. (1989): *La cataphore*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LEVINSON, S. C. (1983): *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEWANDOWSKI, Th. (1986): *Diccionario de lingüística*. Madrid: Gredos.
- LOPES, Ó. (1972): *Gramática simbólica do português*. 2ª Edição (corrigida). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES DA COSTA, R. M. (1993): «Queimar Descartes?», in *J. L.*, 564 (23 de Abril 1993), 10.
- LYONS, J. (1980): *Semántica*. Barcelona: Teide. [Cambridge University Press, 1977].

- LYONS, J. (1983): *Lenguaje, significado y contexto*. Barcelona: Paidós. [Ed. William Collins Sons & Co., 1981].
- MAINGUENEAU, D. (1980): *Introducción a los métodos de análisis del discurso*. Buenos Aires: Hachette. [Paris, 1976].
- MATEUS, M. H. M., A. M. BRITO, I. DUARTE, I. H. FARIA (1989): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 2ª ed. revista e aumentada.
- MORRIS, Ch. (1985): *Fundamentos de la teoría de los signos*. Barcelona: Paidós. [International Encyclopedia of Unified Science, 1 (1938), cap. 2].
- RASTIER, F. (1990): "La triade sémiotique, le trivium et la sémantique linguistique", in *Nouveaux Actes Semiotiques*, 9 (1990): 5-39.
- RICŒUR, P. (1983): *A metáfora viva*. Porto: Rés Editora. [Paris, 1975].
- RIGAU I OLIVER, G. (1988): *Gramàtica del discurs*. Bellaterra (Barcelona): Universitat Autònoma de Barcelona. 2ª ed. [1981]
- SCHMIDT, S. J. (1990): *Fundamentos de la ciencia empírica de la literatura*. Madrid: Taurus. [Braunschweig, 1980].
- SEARLE, J. R. (1980): *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge, Massachussets: Cambridge University Press. [1969]. Trad. esp.: *Actos de habla*. Madrid: Cátedra, 1986.
- SELDEN, R. (1987): *La teoría literaria contemporánea*. Barcelona: Ariel. [1985].
- TOVAR, A. (1990): «Introducción», in Aristóteles (1990), V-XLVII.
- WITTGENSTEIN, L. (1987): *Tratado Lógico-Filosófico & Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. [1921, Ed. princeps do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. port. da ed. alemã de 1961. 1958, Ed. póstuma de *Philosophical Investigations*. Trad. port. da ed. de 1971].
- YAGUELLO, M. (1981): *Alice au pays du langage. Pour comprendre la linguistique*. Paris: É. du Seuil. Trad. port.: *Alice no país da linguagem. Para compreender a linguística*. Lisboa: Estampa, 1991.